

A presente pesquisa contribui para um estudo crítico do debate e caracterização dos Next Eleven (N-11 ou pequenos BRICS) e discussão teórica da atuação internacional desses países intermediários na reconfiguração da ordem global. O objetivo dessa pesquisa é analisar as posições dos países desse grupo (Egito, Indonésia, Irã, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Coreia do Sul, Turquia, Vietnã e Bangladesh) sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e as convergências e divergências à proposta brasileira de reforma. Metodologicamente, foram analisados essencialmente documentação oficial das missões permanentes dos países na ONU, além de periódicos locais e discursos dos chefes de Estado. Visto que um dos grandes objetivos da política externa brasileira é ter um assento permanente no Conselho, junto com o grupo G-4 (Japão, Alemanha e Índia), a fim de adaptar esse órgão ao cenário multilateral, é importante para o Brasil a posição desses países intermediários. Esses países se destacam por sua população, crescimento do PIB e capacidade de modernização e há expectativa de uma presença cada vez maior deles no cenário internacional, com possibilidade de superar economicamente os países do G-7 nas próximas décadas. Nesse sentido, este é um estudo exploratório das oportunidades que a ascensão destes países intermediários podem oferecer para o desenvolvimento e inserção internacional o Brasil. Os resultados da pesquisa nos mostram que esses países divergem muito em suas posições sobre a reforma, principalmente no tópico se devem existir um maior número de assentos permanentes ou de não-permanentes. Alguns países concordam com a proposta do G-4, mas um subgrupo maior parece estar mais de acordo com o grupo Unidos Pelo Consenso que se opõe a existência de novos membros permanentes. O fato de que alguns países emergentes não estarem de acordo com a proposta brasileira pode enfraquecê-la, já que um dos principais argumentos do G-4 é que o Conselho precisa melhor se adaptar a ordem internacional atual, onde não só grandes potências, mas também potências regionais são importantes formuladores da governança internacional.